



Relatório

Circular nº. 3.477

Conglomerado Safra



Índice

1. Apresentação.....	5
2. Exposição a Risco.....	5
3. Estruturas e Processos de Gerenciamento de Riscos	7
3.1. Risco de Crédito.....	7
3.1.1. Introdução	7
3.1.2. Objetivo e Políticas de Gerenciamento.....	7
3.1.3. Ciclo de Crédito.....	8
3.1.3.1. Concessão.....	8
3.1.3.2. Monitoramento	8
3.1.3.3. Recuperação	8
3.1.3.4. Avaliação Periódica da Qualidade da Carteira	8
3.1.3.5. Validação	9
3.1.4. Governança.....	9
3.2. Risco de Mercado e Liquidez.....	10
3.2.1. Objetivos e Políticas de Gerenciamento	11
3.2.1.1. Política de Risco de Mercado.....	11
3.2.1.2. Política de Gestão da Tesouraria.....	12
3.2.1.3. Política de Limites de Riscos de Mercado.....	12
3.2.1.4. Política de Classificação de Operações de Tesouraria	12
3.2.2. Estratégias e Processos.....	13
3.2.2.1. Marcação a Mercado	13
3.2.2.2. Valor em Risco – VaR.....	13
3.2.2.3. Teste de Aderência (Backtest)	13
3.2.2.4. Teste de Estresse.....	14
3.2.3. Processo de Comunicação e Informação de Riscos	14
3.2.4. Sistemas de mensuração.....	15
3.2.5. Políticas de hedge e de mitigação	15
3.2.6. Processos de monitoramento de efetividade dos hedges e dos instrumentos de mitigação	15
3.2.7. Risco de Liquidez	16
3.2.7.1. Objetivos e Políticas de Gerenciamento.....	16
3.2.7.2. Estratégias e Processos.....	16
3.2.7.3. Processo de Comunicação e Informação de Riscos	17
3.2.7.4. Sistemas de mensuração.....	17
3.2.7.5. Políticas de hedge e de mitigação	18
3.2.7.6. Processos de monitoramento de efetividade dos hedges e dos instrumentos de mitigação	18
3.2.8. Validação.....	18
3.3. Risco Operacional.....	19
3.3.1. Estratégias e Processos.....	19
3.3.2. Processo de Comunicação e Informação de Riscos	19
3.3.3. Sistemas de mensuração.....	20
3.3.3.1. Mitigação dos riscos.....	20
3.3.3.2. Processos de monitoramento de efetividade dos controles e dos instrumentos de mitigação	20



4. Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e adequação do Patrimônio de Referência (PR)	21
4.1. Detalhamento da Apuração	23
4.2. Prazos de vencimento e condições dos instrumentos que compõem o Nível I e o Nível II do PR	24
4.3. Metodologia adotada para avaliar a adequação do PR.....	24
4.4. Transferência de Recursos entre as instituições consolidadas.....	25
5. Exposições a Risco de Crédito	25
5.1. Valor das Exposições por Fator de Ponderação	25
5.2. Exposição a Risco de Crédito	27
5.2.1. Exposição por Países e regiões geográfica com exposições significativas	27
5.2.2. Exposição por setor econômico	27
5.2.3. Maiores clientes em relação ao total das operações com característica de concessão de crédito	27
5.2.4. Montante das operações em atraso.....	28
5.2.5. Fluxo de operações baixadas para prejuízo e recuperadas	28
5.2.6. Montante de provisões para perdas.....	28
5.3. Instrumentos Mitigadores de Risco	29
5.3.1. Descrição de políticas e metodologias de avaliação e mensuração	29
5.3.2. Valor total mitigado pelos instrumentos por tipo de mitigador e fator de ponderação de risco	30
5.4. Risco de Crédito de Contraparte.....	31
5.4.1. Metodologia de estabelecimento de limites	31
5.4.2. Métodos e políticas para assegurar a eficácia das garantias e provisões	32
5.4.3. Risco de Crédito de Contraparte.....	32
5.5. Derivativos de Crédito	33
5.6. Operações de venda ou transferência de ativos financeiros.....	33
5.6.1. Políticas e objetivos relacionados à cessão de crédito.....	33
5.6.2. Fluxo de exposições cedidas no trimestre com transferência substancial dos riscos e benefícios.	34
5.6.3. Saldo das exposições cedidas sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios	34
5.6.4. Saldo das exposições cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios	34
5.6.5. Fluxo das exposições cedidas no trimestre com retenção substancial dos risco e benefícios, que foram baixadas para prejuízo.....	34
5.6.6. Exposições decorrentes de aquisição de títulos ou valores mobiliários oriundos de processos de securitização.	35
6. Risco de Mercado	35
6.1. Carteira de Negociação por fator de risco de mercado	35
6.2. Operações não classificadas na carteira de negociação.....	35
6.2.1. Políticas e metodologias de mensuração do risco de taxa de juros e de ações	35
6.2.2. Premissas utilizadas para o tratamento de liquidação antecipada de empréstimos e de depósitos...	36



TÍTULO

Relatório de Divulgação de Informações referentes à Gestão de Riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR).

DATA BASE

Dezembro/2010

PUBLICAÇÃO

01/04/2011

6.3. Exposição a instrumentos financeiros derivativos	36
7. Anexo	38



1. Apresentação

Este documento tem por finalidade tornar públicas, consoante estabelecido pela Circular nº. 3.477, de 24.12.2009, do Banco Central do Brasil (BC), informações acerca da gestão de riscos, do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), de que trata a Resolução nº. 3.490, de 29.08.2007, e à adequação do Patrimônio de Referência (PR), de que trata a Resolução nº. 3.444, de 28.02.2007, ambas as Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

As informações aqui apresentadas são previstas na Política de Divulgação de Informações do Conglomerado SAFRA, aprovada pelo seu Conselho de Administração.

2. Exposição a Risco

Os principais riscos a que o SAFRA está exposto em suas atividades são:

Risco de Crédito: define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A definição de risco de crédito compreende, entre outros:

I - o risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos;



II - o risco país, entendido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por tomador ou contraparte localizada fora do País, em decorrência de ações realizadas pelo governo do país onde está localizado o tomador ou contraparte, e o risco de transferência, entendido como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos valores recebidos;

III - a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;

IV - a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito. (Art. 2º, Resolução CMN nº. 3.721)

Risco de Mercado e Liquidez: define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição. Incluem-se os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). (Art. 2º, Resolução CMN nº. 3.464). Define-se como risco de liquidez a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – “descasamento” entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. (Art. 2º, Resolução CMN nº. 2.804)

Risco Operacional e Risco Legal: define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal, incluído na definição de risco operacional, está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenização por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição. (Art. 2º, Resolução CMN nº. 3.380)



3. Estruturas e Processos de Gerenciamento de Riscos

3.1. Risco de Crédito

3.1.1. Introdução

O Conglomerado caracteriza-se por seu histórico de conservadorismo, agilidade na adaptação à conjuntura econômica e pela adoção de tradicionais critérios de rigor na operação do crédito, fiança e arrendamento mercantil, dentre outros.

Atua nos segmentos de grandes, médias e pequenas empresas, assim como no mercado de pessoas físicas.

As operações são dirigidas tanto a correntistas, por meio de plataformas e da rede de agências do Banco Safra, como para não correntistas, neste caso, mediante a utilização de canais de distribuição específicos.

3.1.2. Objetivo e Políticas de Gerenciamento

Com o intuito de situar o risco de crédito do Conglomerado em patamares condizentes com o tradicional conservadorismo e a reconhecida agilidade nas decisões, estão em vigor políticas de gerenciamento que têm como principal característica a adequação do produto de crédito ao perfil do cliente.

Dentre os produtos de crédito operados pelo Conglomerado, dirigidos a correntistas, estão os empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil, financiamentos rurais, repasses mediante linhas do BNDES, câmbio e financiamentos imobiliários. Os produtos de crédito destinados a não correntistas são o crédito direto ao consumidor, as operações de arrendamento mercantil de veículos leves e o crédito consignado.



Para todos os clientes e produtos as políticas são executadas de maneira centralizada, respeitando a segregação de funções, compreendendo a concessão, o monitoramento, a recuperação bem como, a análise periódica da qualidade da carteira e a validação, atividades estas que, observadas as disposições regulamentares e as boas práticas de governança corporativa, compõem o ciclo de crédito, a seguir detalhado.

3.1.3. Ciclo de Crédito

3.1.3.1. Concessão

Para a concessão de crédito são consideradas informações do cliente e analisadas as garantias oferecidas, tendo em conta a natureza do tomador, seu porte, atividade econômica exercida, características do mercado em que atua, sua situação econômico-financeira, enfim, todos os requisitos julgados necessários para que seja assegurada a rigorosa observância dos princípios fundamentais de garantia, seletividade, liquidez e diversificação de riscos. A decisão em relação às propostas de operações de crédito se dá de maneira colegiada, em Comitês, que são responsáveis pela concessão do crédito, de acordo com as alçadas definidas pela Diretoria.

3.1.3.2. Monitoramento

A partir da contratação da operação e a conseqüente existência do risco de crédito é adotado acompanhamento contínuo, visando analisar o comportamento do crédito, compreendendo a situação dos clientes e das garantias e, se for o caso, a adoção de ações com vistas ao retorno dos recursos aplicados.

3.1.3.3. Recuperação

As operações em atraso, sem perspectivas de solução no âmbito das agências, passam a receber tratamento em áreas específicas na Matriz, que avaliarão as alternativas mais adequadas à recuperação do crédito.

3.1.3.4. Avaliação Periódica da Qualidade da Carteira

Com vistas à adequada gestão da carteira, são desenvolvidos estudos e análises, que contemplam, dentre outros, os aspectos de evolução, concentração, inadimplência, provisionamento, capital alocado e perspectivas.



3.1.3.5. Validação

A validação tem por objetivo proporcionar um parecer independente sobre os aspectos e processos relacionados à gestão do risco de crédito do Conglomerado, notadamente sobre a observância das políticas definidas pela Alta Administração e dos requerimentos regulamentares. O trabalho de validação é executado por componente segregado das áreas de negócio, acompanhamento e recuperação.

3.1.4. Governança

A atuação em crédito, no Conglomerado, distribui-se por três grandes áreas, com denominações internas específicas, que adotam abordagens e aplicam controles voltados às características das suas operações, a saber:

Banco de Investimento: perfil para grandes empresas, com operações estruturadas de mercado de capitais, produtos derivativos, tesouraria, dentre outros;

Banco Comercial: perfil para correntistas, pessoas jurídicas de grande, médio e pequeno porte e pessoas físicas com operações de empréstimos, financiamentos, crédito direto ao consumidor, arrendamento mercantil, financiamentos rurais, crédito imobiliário, repasses de recursos do BNDES, câmbio e fianças;

Financeira: perfil para não correntistas, com operações de crédito direto ao consumidor, arrendamento mercantil de veículos leves e crédito consignado.

A governança do risco de crédito, no Conglomerado, está centrada em um colegiado denominado “Comitê de Gerenciamento de Risco de Crédito”, de modo a garantir a visão completa do ciclo de crédito pela Organização.

Para propiciar a visão de Conglomerado e assegurar a independência necessária a sua atuação, o Comitê conta com os diretores e superintendentes executivos responsáveis pelas áreas de:

- Gerenciamento de Riscos Corporativos;
- Crédito de Contraparte – Banco de Investimento;



- Crédito e Cobrança – Financeira;
- Políticas, Modelagem e Gestão de Carteira;
- Monitoramento e Cobrança;
- Validação.

Dentre as principais atribuições e responsabilidades do “Comitê de Gerenciamento de Risco de Crédito” estão as de:

- Garantir alinhamento estratégico entre as áreas e proporcionar uma visão sistêmica do risco de crédito;
- Funcionar como fórum de discussão técnica para avaliação de impactos, quando de alterações relevantes de políticas, modelos e estratégias relacionadas ao crédito;
- Acompanhar o desempenho da carteira de crédito do SAFRA, com o objetivo de garantir a sua qualidade e, inclusive, adotar redefinições;
- Aprovar os critérios utilizados em exercícios de testes de stress, e avaliar os resultados obtidos;
- Avaliar os resultados da validação e apontar as correções que se fizerem necessárias.

Conforme resolução CMN 3.721, artigo 7º § 1º, o Conselho de Administração é responsável pelas informações divulgadas neste relatório.

3.2. Risco de Mercado e Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado no SAFRA é estruturado de maneira a garantir que o risco de perdas extremas decorrentes de oscilações de preços seja devidamente controlado, permanecendo dentro dos limites operacionais estabelecidos pela alta gestão, e em consonância com as políticas internas do Banco.



Para tal, o SAFRA estabelece clara definição de pessoas e Comitês responsáveis pela gestão do Risco de Mercado, garantindo adequada segregação de funções entre gestão e controle a fim de evitar potenciais conflitos de interesse no processo de gerenciamento do Risco de Mercado. O Comitê de Riscos e Tesouraria reúne-se mensalmente para discutir de forma detalhada aspectos da gestão do Risco de Mercado, estabelecer limites operacionais, cenários, estratégias e resultados, além de deliberar sobre eventuais extrapolações de limites e aprovação de novos produtos. O Comitê de Riscos e Tesouraria é formado por Superintendentes e Diretores do SAFRA.

A área de Risco de Mercado do SAFRA calcula e acompanha diariamente as parcelas de risco de mercado calculadas de acordo com Modelo Padronizado definido pelo Banco Central do Brasil. Entretanto, como ferramentas de gestão dos riscos de mercado, são utilizadas também medidas de Valor em Risco (VaR) calculadas por modelos internos, além de outras medidas complementares (como os testes de estresse), como exposto na estrutura de gerenciamento do risco de mercado detalhada nas seções que seguem.

3.2.1. Objetivos e Políticas de Gerenciamento

A área de Risco de Mercado do SAFRA tem como objetivo monitorar e controlar os riscos relacionados a possíveis perdas resultantes de flutuações nos valores de mercado de posições (ativas e passivas) detidas pelas empresas que compõem o SAFRA. Para isso, cabe à referida área definir, calcular e controlar as métricas de risco de mercado que devem ser respeitadas no processo diário de gestão de riscos oriundos de perdas potenciais por oscilação de preços.

A gestão do risco de mercado no SAFRA é embasada nas seguintes políticas:

3.2.1.1. Política de Risco de Mercado

Define a abrangência da gestão do risco de mercado no SAFRA e estabelece os princípios a serem respeitados durante o procedimento de controle e cálculo do risco de mercado, dentre os quais se destacam:

- segregação de funções entre gestão e controle a fim de evitar potenciais conflitos de interesse no processo de gerenciamento do Risco de Mercado;
- mensuração e controle do risco de novos produtos antes que sejam integrados à carteira do SAFRA;



- adequação dos sistemas, ambiente tecnológico e processos adequados para adequada mensuração e controle do Risco de Mercado;
- definição das medidas de controle de risco: VaR, Estresse, Stop Loss e Backtest, além de outras medidas específicas complementares.

3.2.1.2. Política de Gestão da Tesouraria

Define as atribuições da Tesouraria do SAFRA, dentre as quais se destacam:

- Gerenciar os riscos de mercado e de liquidez inerentes às carteiras de Negociação (Trading) e de Não-Negociação (Banking), respeitando os limites de riscos de mercado pré-estabelecidos;
- Propor limites de VaR para as carteiras de Negociação (Trading) e de Não-Negociação (Banking);
- Gerenciar o Caixa do Consolidado Econômico-Financeiro Safra;
- Propor e operacionalizar estratégias de hedge;
- Verificar oportunidades de funding no mercado externo;
- Gerenciar e alocar o risco para o capital do SAFRA.

3.2.1.3. Política de Limites de Riscos de Mercado

Estabelece os limites operacionais utilizados no SAFRA para adequado controle de suas exposições, em consonância com o apetite de risco da Instituição, fixando seus valores.

Todas as exposições a riscos de mercado nas carteiras do SAFRA possuem limites operacionais pré-definidos, inclusive com a emissão de alertas antes que haja extrapolação dos limites, a fim de assegurar maior efetividade no gerenciamento dos riscos.

3.2.1.4. Política de Classificação de Operações de Tesouraria

Apresenta os critérios de classificação para as operações da Tesouraria nas carteiras de negociação (trading) e de não-negociação (banking), os procedimentos utilizados caso haja a necessidade de reclassificação das operações e o tratamento dado às exceções.



3.2.2. Estratégias e Processos

O SAFRA realiza o gerenciamento do Risco de Mercado por meio da limitação da exposição total a riscos medida pelo Valor em Risco (Value at Risk – VaR) diário. O gerenciamento é complementado com a utilização de métricas de estresse, contemplando crises em períodos históricos e cenários econômicos estressados prospectivos.

Assim, no cálculo e controle do risco de mercado são considerados os seguintes fatores:

3.2.2.1. Marcação a Mercado

Para a apuração dos preços de mercado, são utilizados prioritariamente preços que sejam divulgados por instituições independentes e com credibilidade no mercado financeiro. Assim, o SAFRA utiliza dados divulgados pela BM&FBOVESPA, ANBIMA, Banco Central do Brasil e fontes de mercado. Quando não há preço disponível divulgado por estas fontes, o SAFRA busca cotações junto a participantes atuantes nos mercados.

3.2.2.2. Valor em Risco – VaR

O SAFRA utiliza modelo de VaR paramétrico, com correções para efeitos de não-normalidade e intervalo de confiança de 99% (uni caudal). Visando o controle tempestivo do risco de mercado, o VaR é calculado e divulgado diariamente.

3.2.2.3. Teste de Aderência (Backtest)

O backtest é adotado para verificar a adequação do modelo VaR em relação às variações do valor da carteira realmente observadas. O backtest, realizado diariamente, é feito pela comparação das perdas máximas previstas pelo modelo de VaR com as efetivas perdas incorridas em um determinado período.

Havendo rompimentos no backtest, os gestores são informados e inicia-se o processo de avaliação dos elementos envolvidos na apuração do Risco de Mercado (movimentos de mercado, movimentação de posições e resultados do modelo) para identificar as causas do erro de previsão.



3.2.2.4. Teste de Estresse

Os testes de estresse avaliam efeitos de oscilações hipotéticas em variáveis financeiras. Com base nos cenários formulados, os ativos da carteira são reavaliados, aferindo-se possíveis mudanças no valor da carteira.

O SAFRA utiliza cenários de estresse históricos e prospectivos. Ambos os cenários são elaborados considerando tanto possíveis condições favoráveis (cenário otimista), quanto possíveis condições desfavoráveis (cenário pessimista) para variações nos retornos dos fatores de risco.

3.2.3. Processo de Comunicação e Informação de Riscos

Os relatórios da área de Risco de Mercado têm como objetivo informar os principais gestores de Riscos de Mercado e Tesouraria e a Alta Administração do SAFRA sobre a situação de risco de mercado da carteira, de forma que este seja mantido dentro dos limites estabelecidos pela Política de Limites de Riscos de Mercado.

Além disso, os relatórios são mecanismos importantes de acompanhamento tempestivo das medidas de risco de mercado para as áreas de Risco de Mercado, Tesouraria e Resultado Tesouraria, possuindo, em sua maioria, divulgação diária.

Os relatórios da área de Risco de Mercado são:

1. Relatório de Risco: descrição detalhada das medidas de risco da carteira do SAFRA, trazendo as métricas de VaR (Valor em Risco) e de Estresse, além de medidas complementares de análise de risco e resultados do backtest;
2. Relatório de Resultado da Tesouraria: resumo executivo das posições, resultado, limites e medidas de risco de mercado (VaR e Estresse) das carteiras do SAFRA – Carteira de Negociação (Trading) e Não-Negociação (Banking);
3. Boletim Diário de Apreçamento e Risco: registro de dados de preços e curvas utilizados no cálculo das medidas diárias de risco;
4. Resumo de Mercado: informações dos principais indicadores do mercado financeiro, juntamente com suas volatilidades e históricos recentes, tendo como função primordial divulgar uma análise ampla do andamento recente do mercado financeiro;



5. Relatório de Negociabilidade de Instrumentos: tempo necessário para proteger os riscos de mercado originados pelos principais descasamentos do SAFRA.

3.2.4. Sistemas de mensuração

Para cálculo do Valor em Risco das posições das carteiras de Negociação (Trading) e de Não-Negociação (Banking), o SAFRA utiliza predominantemente Sistemas de Risco estruturados, adquiridos de fornecedores especializados ou desenvolvidos internamente, implantados em ambientes com rigoroso controle de acesso à informação e grau de automatização adequado à complexidade dos controles.

3.2.5. Políticas de hedge e de mitigação

As operações de hedge da Tesouraria consideram as finalidades e riscos das operações classificadas nas carteiras de Negociação (Trading) e de Não-Negociação (Banking).

Para a carteira de Negociação exige-se que os instrumentos tenham um nível adequado de negociabilidade, com liquidez suficiente em mercados secundários para o desmonte ou proteção da carteira. Na carteira de Não-Negociação estão incluídas também as operações de hedge dos negócios realizados pela área comercial do SAFRA por meio de instrumentos derivativos, podendo haver hedges parciais.

3.2.6. Processos de monitoramento de efetividade dos hedges e dos instrumentos de mitigação

As operações de hedge são efetuadas pelos gestores responsáveis na Tesouraria e seus efeitos são monitorados pelo acompanhamento das medidas de risco aplicadas às carteiras de negociação (Trading) e de não-negociação (Banking), bem como suas estratégias componentes. Estes controles são realizados pela área de Risco de Mercado e monitorados pela Alta Administração e pelos gestores responsáveis da Tesouraria.

Além disso, os instrumentos de mitigação estão definidos na Política de Gestão da Tesouraria, sendo seus critérios efetivamente respeitados pela Tesouraria e acompanhados tempestivamente pela área de Risco de Mercado.



3.2.7. Risco de Liquidez

O gerenciamento do Risco de Liquidez é realizado de forma centralizada no SAFRA para todas as empresas do Consolidado Econômico-Financeiro do Safra. Dessa forma, as definições, regras e metodologias definidas no SAFRA são, automaticamente, aplicadas a todas as empresas do SAFRA.

3.2.7.1. Objetivos e Políticas de Gerenciamento

A área de Risco de Liquidez e Fluxo de Caixa do SAFRA tem como objetivo fazer a gestão do fluxo de caixa do SAFRA de forma a assegurar solvência dos compromissos assumidos levando em conta cenários de rotina e cenários alternativos.

Os princípios empregados na avaliação do risco de liquidez são:

- Avaliação diária das operações presentes na carteira do SAFRA, com acompanhamento específico das operações com prazo inferior a 90 dias;
- Adoção de estrutura hierárquica para decisões concernentes à liquidez com envolvimento da Alta Administração na tomada de decisão;
- Investimentos em sistemas de informação definidos para obter e analisar informações detalhadas sobre as posições em ativos e passivos.
- Sólido processo para identificar, medir, monitorar e controlar a liquidez, inclusive contemplando projeções adequadas para impactos futuros de ativos e passivos sobre o caixa;
- Plano de Contingência formalizado estabelecendo as ações ou estratégias para recuperar liquidez em situações emergenciais.

As diretrizes e regras aplicadas na gestão do Risco de Liquidez estão definidas na Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovada pela Alta Administração na figura do Comitê Executivo.

3.2.7.2. Estratégias e Processos

A área de Risco de Liquidez e Fluxo de Caixa (que se reporta à Diretoria de Riscos Corporativos), responsável pelos controles de liquidez e processamento dos relatórios, projeta diariamente, com uma abertura de 252 dias úteis, cinco cenários de liquidez: Básico, Planejamento, Esgotamento, “Estresse” e “Hard Estresse”.



A projeção do fluxo de caixa se baseia no fluxo de pagamentos e recebimentos decorrentes, dentre outros, das operações, despesas gerais, tributárias e de receitas de serviços, combinado com projeções e estatísticas.

Para cada projeção de fluxo realizada, os valores de liquidez projetados para um dado intervalo de tempo são comparados com a liquidez efetivamente observada nesse prazo para fazer o teste de aderência do modelo. Assim, busca-se mensurar a aderência da projeção e tomar medidas visando à convergência dos valores projetados com a liquidez efetiva e, conseqüentemente, aumentar a segurança das previsões.

3.2.7.3. Processo de Comunicação e Informação de Riscos

Há divulgação de relatório para acompanhamento do caixa realizado diariamente pela área de Risco de Liquidez e Fluxo de Caixa para os gestores responsáveis nas áreas de Tesouraria, de Ativos e Passivos, Riscos, de Finanças e de Auditoria.

A área de Risco de Liquidez e Fluxo de Caixa monitora atentamente quaisquer mudanças que possam afetar o caixa do Banco de forma imediata ou ao longo do tempo, tanto considerando eventuais alterações regulatórias quanto buscando incorporar sempre as melhores projeções e os cenários mais apropriados para avaliação da liquidez.

Em adição ao monitoramento diário, é realizado mensalmente o Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), com participação de Diretores e Superintendentes responsáveis.

3.2.7.4. Sistemas de mensuração

Para cálculo das medidas de risco de liquidez e gerenciamento do fluxo de caixa, o SAFRA faz uso de bases de dados e planilhas eletrônicas desenvolvidas internamente, implantadas em ambientes com rigoroso controle de acesso à informação e grau de automatização adequado à complexidade dos controles.



3.2.7.5. Políticas de hedge e de mitigação

Como forma de mitigação, a área de Fluxo de Caixa do SAFRA elaborou um Plano de Contingência que prevê uma seqüência de ações que devem ser colocadas em prática caso exista situação de estresse de liquidez.

A priorização das alternativas pode variar em função do momento do mercado ou ainda em função do perfil das carteiras de Ativos e Passivos do SAFRA, conforme ações primárias e ações secundárias a serem empregadas em casos de contingência.

Adicionalmente, é avaliado o impacto dos cenários prospectivos de Estresse de Risco de Mercado sobre as posições de derivativos, com objetivo de avaliar impacto dos ajustes diários sobre a liquidez do Banco em situações extremas.

3.2.7.6. Processos de monitoramento de efetividade dos hedges e dos instrumentos de mitigação

O gerenciamento da liquidez é feito de forma contínua com atuação da área de Risco de Liquidez e Fluxo de Caixa de forma a assegurar que as definições da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez e as deliberações do Comitê Executivo sejam cumpridas.

3.2.8. Validação

O processo de validação tem por objetivo proporcionar um parecer independente sobre os modelos e processos relacionados ao gerenciamento dos riscos de mercado e liquidez do SAFRA, contemplando tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos. As atividades de validação são executadas por componente organizacional independente da Superintendência Executiva de Riscos e Investimentos, com reporte direto à Diretoria de Riscos Corporativos.



3.3. Risco Operacional

3.3.1. Estratégias e Processos

O SAFRA tem a convicção que o gerenciamento do risco operacional está estreitamente relacionado à aplicação de procedimentos eficientes em relação aos controles internos, desde a sua efetiva implementação, monitoramento e ações que objetivem o seu contínuo aperfeiçoamento.

Desse modo, como principal instrumento de gerenciamento e mitigação dos riscos operacionais aos quais está exposto, o SAFRA adota metodologia de auto-avaliação de riscos e controles - RCSA (Risk and Control Self-Assessment). Segundo a metodologia, são elaboradas matrizes de riscos e controles das áreas e correspondentes testes de auto-avaliação. Os resultados são submetidos a Comitês, consoante descrição no tópico seguinte.

3.3.2. Processo de Comunicação e Informação de Riscos

Os Comitês constituídos pelo SAFRA para debates e decisões relativas aos temas controles internos/riscos operacionais são:

- Comitê de Controles Internos Regular (CCI Regular): órgão de acompanhamento e supervisão dos trabalhos de auto-avaliação de riscos e controles. Seus integrantes atuam em diferentes áreas do SAFRA e possuem vivência em assuntos ligados ao ambiente de controles internos. Suas reuniões são convocadas e secretariadas pela área de Risco Operacional, que atua como componente centralizador de ações de controles internos e do gerenciamento do risco operacional.
- Comitê de Controles Internos Pleno: órgão norteador e decisório, que conta com a participação de membros da Diretoria Executiva em sua composição.

Os resultados dos Comitês são registrados em relatórios semestrais, denominados Relatórios de Avaliação de Controles Internos do Conglomerado Financeiro Safra, da Safra Seguros Gerais e Safra Vida e Previdência S.A., documentos estes que são submetidos à aprovação da Diretoria e do Conselho de Administração do Safra, bem como disponibilizados às entidades reguladoras e auditorias interna e externa.



Anualmente, é elaborado relatório referente ao risco operacional, que contém em detalhes, dentre outras informações, os sistemas utilizados, ações desenvolvidas com vista à mitigação do risco operacional, as ocorrências identificadas e as perdas ocorridas.

3.3.3. Sistemas de mensuração

É utilizado sistema informatizado que possibilita documentar e controlar o tratamento qualitativo do risco operacional com base nos processos existentes, assim como o registro detalhado das perdas verificadas, decorrentes do risco operacional.

No tocante ao tratamento quantitativo e modelagem estatística da base de perdas operacionais é utilizada ferramenta de inteligência analítica.

3.3.3.1. Mitigação dos riscos

Os riscos, controles, planos de ação e testes são registrados em ferramenta específica, de maneira a possibilitar a gestão e o monitoramento dos riscos mediante repositório centralizado de informações. São também elaborados relatórios gerenciais de acompanhamento.

As informações obtidas são trabalhadas em conjunto com as áreas de negócios e de suporte, que são devidamente instruídas sobre a metodologia de mapeamento de riscos e aplicação dos respectivos testes.

3.3.3.2. Processos de monitoramento de efetividade dos controles e dos instrumentos de mitigação

A auto-avaliação de riscos e controles RCSA, bem como a sua apreciação e deliberação pelos Comitês de Controles Internos, possibilitam freqüente revisão dos processos internos, abrangendo as atividades de cada área, os controles existentes e aqueles a serem implementados, inclusive em relação às exposições decorrentes de prestadores de serviços externos.

As ações determinadas pelos Comitês de Controles Internos têm como principal orientador o baixo grau de tolerância da organização a exposições referentes a riscos operacionais.

O Safra desenvolveu Plano de Continuidade de Negócios que visa garantir de forma segura e eficiente a continuidade de suas atividades, processos e serviços em situação de contingência. Está estruturado da seguinte maneira:



- Segurança da Informação: desenvolver, manter, atualizar, testar e melhorar o Plano de Continuidade dos Negócios (PCN), garantindo a continuidade de TI para os negócios em uma eventual materialização de evento de risco operacional que os interrompa;
- Área de continuidade de negócios: instalação física, com os recursos necessários e adequados para suportar a execução dos processos e atividades classificadas como críticas, em situação de contingência;
- Equipe de avaliação de incidentes: estrutura organizacional com rotinas do dia a dia, composta por áreas específicas, com capacidade e competência para identificar a abrangência de um incidente, corrigi-lo ou direcionar sua solução;
- Comitê de declaração de contingência: estrutura gerencial composta por funcionários nomeados com poderes para declarar a situação de contingência e execução dos serviços críticos, com a ativação dos procedimentos de contingência demandados;
- Centro de gerenciamento da continuidade e Equipe de apoio: estruturas gerenciais e operacionais compostas por equipes multifuncionais, treinadas e orientadas para responder, apoiar e garantir o cumprimento dos objetivos, procedimentos e metas em situação de contingência.

4. Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e adequação do Patrimônio de Referência (PR)

Em decorrência do Acordo da Basiléia II, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil divulgaram diversos normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulatório, que passaram a produzir efeitos a partir de 01.07.2008, entre eles:

- Resolução CMN nº 3.444/07 – Define o Patrimônio de Referência (PR), utilizado para fins da verificação do cumprimento dos limites operacionais das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- Resolução CMN nº 3.490/07 – Define o Patrimônio de Referência Exigido (PRE);
- Circular BACEN nº 3.360/07 – Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela do PRE referente às exposições ponderadas por fator de risco (PEPR);



TÍTULO

Relatório de Divulgação de Informações referentes à Gestão de Riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR).

DATA BASE

Dezembro/2010

PUBLICAÇÃO

01/04/2011

- Circulares BACEN nºs 3.361/07 a 3.364/07, 3.366/07, 3.368/07 – Estabelecem os procedimentos para o cálculo da parcela do PRE referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real, taxa dos cupons de moedas estrangeiras, taxa dos cupons de índices de preços, taxa dos cupons de taxa de juros, preço de ações e de mercadorias;
- Circular BACEN nº 3.365/07 – Dispõe sobre a mensuração de risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação;
- Circular BACEN nº 3.389/08 – Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela do PRE referente ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos e passivos sujeitos à variação cambial;
- Circular BACEN nº 3.383/08 (alterada pela Circular nº 3.476/09) – Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela do PRE referente ao risco operacional (POPR), de que trata a Resolução CMN nº 3.490/07.

Com base nos normativos mencionados no parágrafo anterior, em 31 de dezembro, o Patrimônio de Referência (PR) do Conglomerado Financeiro é demonstrado conforme a seguir:

4.1. Detalhamento da Apuração

	CONSOLIDADO FINANCEIRO		CONSOLIDADO	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Patrimônio de referência (PR)	6.600.399	5.815.453	6.498.785	5.759.830
- Nível I	5.595.616	5.117.479	5.595.616	5.119.589
Patrimônio líquido	5.613.742	4.906.546	5.613.742	4.908.656
Ativo permanente diferido excluído do nível I	(18.371)	(79.214)	(18.371)	(79.214)
Ajuste de avaliação patrimonial excluído do nível I	245	1.324	245	1.324
Adicional de provisão para créditos de liquidação duvidosa ao mínimo estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 (1)	-	288.823	-	288.823
- Nível II	1.004.783	697.974	1.004.783	697.974
Instrumentos de dívida subordinada	1.005.028	699.298	1.005.028	699.298
Ajuste de avaliação patrimonial	(245)	(1.324)	(245)	(1.324)
- Deduções	-	-	(101.614)	(57.733)
Cotas de Fundo de Investimento	-	-	(101.614)	(57.733)
Patrimônio de referência exigido (PRE)	5.161.642	3.984.482	5.130.487	3.943.314
- Risco de crédito	4.940.560	3.893.777	4.897.358	3.852.609
Exposições ponderadas por fatores de risco (PEPR)	4.940.560	3.893.777	4.897.358	3.852.609
- Risco de mercado	111.038	62.203	111.038	62.203
Exposições classificadas na carteira de negociação sujeitas à variação de taxas de juros (PJUR)	103.852	58.725	103.852	58.725
Taxas de juros prefixadas denominadas em real (PJUR1)	7.938	4.870	7.938	4.870
Cupons de moedas estrangeiras (PJUR2)	37.924	40.959	37.924	40.959
Cupons de índices de preços (PJUR3)	57.990	12.896	57.990	12.896
Risco de operações sujeitas à variação de preços de commodities (PCOM)	1.434	-	1.434	-
Exposições classificadas na carteira de negociação sujeitas à variação do preço de ações (PACS)	5.752	3.478	5.752	3.478
- Risco operacional (POPR)	110.044	28.502	122.091	28.502
Montante do PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN)	8.945	11.095	8.945	11.095
Margem de capital (PR-PRE-RBAN)	1.429.812	1.819.876	1.359.353	1.805.421
Índice de Basileia	14,1	16,1	13,9	16,1

(1) Conforme Resolução nº 3.674/08, revogada através da Resolução nº 3.825/09, que produziu efeitos a partir de 01 de abril de 2010.



TÍTULO

Relatório de Divulgação de Informações referentes à Gestão de Riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR).

DATA BASE

Dezembro/2010

PUBLICAÇÃO

01/04/2011

A parcela de PRE referente ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial (PCAM), apurada em conformidade com a Circular nº 3.389/09 – BACEN, é igual a zero nas datas-base demonstradas, considerando-se que o total da exposição em cada uma das datas-base foi inferior a 5% do PR.

4.2. Prazos de vencimento e condições dos instrumentos que compõem o Nível I e o Nível II do PR

DÍVIDA SUBORDINADA

	BANCO E CONSOLIDADO	
	31.12.2010	31.12.2009
	Acima de 365 dias	Acima de 365 dias
Certificados de depósitos bancário – CDB (1)	699.462	699.298
Letras financeiras – LF (2)	328.443	-
Total	1.027.905	699.298

(1) Os certificados têm vencimento em 2016 e juros remuneratórios correspondentes a 104% até 106% das taxas médias diárias do CDI, sendo a remuneração paga semestralmente, estando registrados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

(2) Composição de Letras financeiras:

Vencimento	Valor Captação	Saldo Contábil em 31.12.2010	Taxa
2016	75.000	81.493	IPCA + 7,7%
2016	199.800	205.923	114% do CDI
2016	17.500	18.150	IPCA + 7,32%
2016 (*)	12.353	12.680	IPCA + 7,19%
2020 (*)	10.000	10.197	IPCA + 7,27%
Total	314.653	328.443	

(*) A utilização destas Letras Financeiras Subordinadas como Patrimônio de Referência Nível II está em processo de homologação junto ao BACEN.

4.3. Metodologia adotada para avaliar a adequação do PR

O SAFRA tem como política a manutenção de um índice de Basileia mínimo de 12%. O objetivo é a manutenção de uma reserva de capital a qual entende ser suficiente para cobrir demais riscos não cobertos pelo modelo padronizado de exigência de capital, como riscos legais e de imagem.



4.4. Transferência de Recursos entre as instituições consolidadas

Não há restrições ou impedimentos relevantes, existentes ou possíveis, à transferência de recursos entre as instituições consolidada.

5. Exposições a Risco de Crédito

5.1. Valor das Exposições por Fator de Ponderação

CONSOLIDADO FINANCEIRO

Exposição Total a Risco de Crédito* (R\$ Mil)

FPR	Dez/10	Dez/09
0%	12.304.081	13.327.728
20%	1.851.632	1.227.933
50%	14.024.412	19.757.215
75%	6.210.235	5.232.334
100%	59.998.710	47.008.470
300%	106.117	398.384
Total	94.495.187	86.952.064
Média no Trimestre	94.371.303	80.344.662

* Considera todas as exposições apuradas na Circular nº 3360, de 2007 do Bacen

Exposição após fator de conversão(FCL/FCC) (R\$ Mil)

FPR	Dez/10	Dez/09
0%	12.297.250	13.234.221
20%	1.851.632	1.227.933
50%	9.235.722	12.314.877
75%	5.218.349	4.031.589
100%	50.374.728	39.792.362
300%	106.117	398.384
Total	79.083.798	70.999.366
Média no Trimestre	78.592.778	68.055.521

Parcela de alocação de capital para Risco de Crédito(PEPR) (R\$ Mil)

FPR	Dez/10	Dez/09
0%	7.169	6.454
20%	40.736	27.015
50%	214.949	260.400
75%	429.198	314.303
100%	4.213.490	3.154.139
300%	35.019	131.467
Total Alocado	4.940.560	3.893.777



CONSOLIDADO

Exposição Total a Risco de Crédito* (R\$ Mil)

FPR	Dez/10	Dez/09
0%	13.861.187	14.354.155
20%	1.853.314	1.229.230
50%	14.938.387	20.374.488
75%	6.210.235	5.232.334
100%	59.432.936	46.648.928
300%	106.117	398.384
Total	96.402.177	88.237.518
Média no Trimestre	96.199.807	81.611.912

* Considera todas as exposições apuradas na Circular nº 3360, de 2007 do Bacen

Exposição após fator de conversão(FCL/FCC) (R\$ Mil)

FPR	Dez/10	Dez/09
0%	13.854.357	14.260.295
20%	1.853.314	1.229.230
50%	10.149.697	12.932.150
75%	5.218.349	4.031.589
100%	49.808.954	39.432.820
300%	106.117	398.384
Total	80.990.788	72.284.467
Média no Trimestre	80.421.283	69.322.412

Parcela de alocação de capital para Risco de Crédito(PEPR) (R\$ Mil)

FPR	Dez/10	Dez/09
0%	7.169	6.454
20%	40.773	27.043
50%	233.945	258.753
75%	429.198	314.303
100%	4.151.255	3.114.589
300%	35.019	131.467
Total Alocado	4.897.359	3.852.609

5.2. Exposição a Risco de Crédito

5.2.1. Exposição por Países e regiões geográfica com exposições significativas

O SAFRA atua preponderantemente no mercado financeiro nacional e suas exposições em risco de crédito concentram-se na região sudeste.

5.2.2. Exposição por setor econômico

	CONSOLIDADO	
	31.12.2010	31.12.2009
Setor Público		
Outros Serviços	-	6.486
Setor Privado		
Rural	1.049.353	796.985
Indústria	9.688.772	9.182.216
Comércio	9.223.084	5.012.671
Intermediário Financeiro	1.113.463	514.802
Outros Serviços	11.118.044	8.531.792
Pessoas Físicas	4.860.830	3.743.541
Habitação	226.422	115.019
Total	37.279.968	27.903.512

5.2.3. Maiores clientes em relação ao total das operações com característica de concessão de crédito

<i>R\$ mil</i>	31/12/2010	31/12/2009
Total dos 10 maiores operações de crédito	3.686.108	2.681.068
Carteira de Operações de Crédito (*)	37.279.968	27.903.512
Percentual das 10 maiores operações de crédito sobre a Carteira Total de Operações de Crédito	9,9%	9,6%

(*) inclui operações de crédito + arrendamento mercantil

<i>R\$ mil</i>	31/12/2010	31/12/2009
Total dos 10 maiores riscos	5.499.458	4.826.649
Risco de Crédito Total (*)	47.713.773	36.485.408
Percentual dos 10 maiores riscos sobre total de risco de crédito	11,5%	13,2%

(*) inclui operações de crédito + arrendamento mercantil + coobrigações + repasses interfinanceiros + derivativos + títulos e valores mobiliários + depósitos interfinanceiros + investimentos



5.2.4. Montante das operações em atraso

	CONSOLIDADO	
	31.12.2010	31.12.2009
Vencidos:		
Até 60 dias	1.307.740	1.291.558
De 61 a 90 dias	115.441	82.373
De 91 a 180 dias	142.600	150.546
Acima de 180 dias	169.933	373.010
Subtotal vencidos	1.735.714	1.897.487

5.2.5. Fluxo de operações baixadas para prejuízo e recuperadas

	CONSOLIDADO	
	31.12.2010	31.12.2009
Operações de crédito renegociadas	163.888	103.978
Operações de crédito renegociadas - provisão	115.997	65.169
Recuperações de crédito no trimestre	20.252	28.027

5.2.6. Montante de provisões para perdas

A Provisão para perdas com operações de crédito e arrendamento mercantil era a seguinte:

	CONSOLIDADO	
	31.12.2010	31.12.2009
Saldo no início do exercício	951.566	943.262
Constituição de provisão	119.113	292.323
Baixas	(268.629)	(284.019)
Saldo no final do exercício	802.050	951.566
Provisão mínima requerida	516.271	662.674
Provisão adicional	285.779	288.892



5.3. Instrumentos Mitigadores de Risco

5.3.1. Descrição de políticas e metodologias de avaliação e mensuração

Os instrumentos mitigadores de risco têm como objetivo mitigar perdas potenciais de crédito.

Todos os mitigadores atrelados às operações de crédito são examinados com cautela, buscando-se sempre eliminar as possibilidades de fraude e respeitar as normas vigentes.

Os instrumentos de controle de liquidez dos mitigadores asseguram que o grau de cobertura do risco versus mitigador seja compatível com o apetite de risco da organização e com as atuais condições de mercado.

Os mitigadores passam por processos de análise, revisão e valorização constante antes do vencimento, do qual podem se originar revisões de crédito solicitando providências para solução de eventuais deficiências ou para revisão de condições de operação em função de mudanças detectadas no perfil dos mitigadores.

Para efeito de apuração do capital regulatório de crédito a utilização de instrumentos mitigadores está em conformidade com as diretrizes regulamentadas pela Circular nº 3.360, de 2007 do Bacen. Alguns destes são: Garantias de Instituições Financeiras, Garantias de Fundos, Operações Ativas Vinculadas, Títulos, Depósitos etc. Além destes, gerencialmente podem ser aceitos outros mitigadores.



TÍTULO

Relatório de Divulgação de Informações referentes à Gestão de Riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR).

DATA BASE

Dezembro/2010

PUBLICAÇÃO

01/04/2011

5.3.2. Valor total mitigado pelos instrumentos por tipo de mitigador e fator de ponderação de risco

CONSOLIDADO FINANCEIRO

Total Mitigado (R\$ Mil)

Tipo do Mitigador	FPR	Dez/10	Dez/09
Operações Ativas Vinculadas	0%	-	-
	20%	-	-
	50%	9.562	-
	75%	3.001	4.996
	100%	3.496	6.953
	Subtotal Mitigado	16.058	11.949
Garantias de Fundos	0%	-	-
	20%	-	-
	50%	175.490	264.301
	75%	-	-
	100%	-	-
	Subtotal Mitigado	175.490	264.301
Depósitos e Títulos	0%	611.426	421.290
	20%	-	-
	50%	5.142.514	7.316.027
	75%	12.952	216.861
	100%	12.066.773	11.111.417
	Subtotal Mitigado	17.833.666	19.065.595
Garantias de Instituições Financeiras	0%	130.349	117.340
	20%	-	-
	50%	-	-
	75%	-	-
	100%	-	-
	Subtotal Mitigado	130.349	117.340
Valor Total Mitigado	18.155.563	19.459.186	

**CONSOLIDADO****Total Mitigado (R\$ Mil)**

Tipo do Mitigador	FPR	Dez/10	Dez/09
Operações Ativas Vinculadas	0%	-	-
	20%	-	-
	50%	9.562	-
	75%	3.001	4.996
	100%	3.496	6.953
	Subtotal Mitigado	16.058	11.949
Garantias de Fundos	0%	-	-
	20%	-	-
	50%	744.073	911.519
	75%	-	-
	100%	-	-
	Subtotal Mitigado	744.073	911.519
Depósitos e Títulos	0%	611.426	421.290
	20%	-	-
	50%	5.142.514	7.316.027
	75%	12.952	216.861
	100%	12.066.773	11.111.417
	Subtotal Mitigado	17.833.666	19.065.595
Garantias de Instituições Financeiras	0%	130.349	117.340
	20%	-	-
	50%	-	-
	75%	-	-
	100%	-	-
	Subtotal Mitigado	130.349	117.340
Valor Total Mitigado	18.724.145	20.106.403	

5.4. Risco de Crédito de Contraparte

5.4.1. Metodologia de estabelecimento de limites

Os limites para exposição aos riscos de crédito de contraparte são estabelecidos considerando a exposição a perdas potenciais, que depende de variáveis como os fatores de risco envolvidos e os prazos das operações, e a análise de fundamentos de crédito para cada contraparte específica. O limite de crédito para a contraparte deve ser suficiente para cobrir a exposição a perdas potenciais, e necessita de aprovação específica.



5.4.2. Métodos e políticas para assegurar a eficácia das garantias e provisões

Os procedimentos e as políticas de controle dos processos de garantias, para as operações que envolvem o risco de crédito de contraparte são os mesmos aplicados ao conjunto das demais exposições de crédito no Safra. Adicionalmente são também conduzidos os processos de validação dessas mesmas atividades em conformidade com a Resolução 3.721 – CMN.

5.4.3. Risco de Crédito de Contraparte

Risco de Crédito de Contraparte (Valor Contratual)

	(31.12.2010) - R\$ Mil				(31.12.2009) - R\$ Mil			
	Outros			Total	Outros			Total
	Liquidados em Sistemas de Liquidação e Câmaras de Compensação	Sem Garantias	Com Garantia		Liquidados em Sistemas de Liquidação e Câmaras de Compensação	Sem Garantias	Com Garantia	
Derivativos	124.465	11.868.853	522.654	12.515.972	156.708	12.024.314	207.783	12.388.805
Operações a Liquidar	-	805.918	-	805.918	-	1.982.047	-	1.982.047
Operações Compromissadas	-	201.176	16.353.714	16.554.890	-	402	16.610.021	16.610.423
Totais	124.465	12.875.947	16.876.368	29.876.780	156.708	14.006.763	16.817.804	30.981.275

Risco de Crédito de Contraparte (Valor Positivo)

	(31.12.2010) - R\$ Mil					(31.12.2009) - R\$ Mil				
	Bruto	Acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações	Valor das Garantias	Líquido	% de Exposições Cobertas por Hedge de Derivativos de Crédito	Bruto	Acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações	Valor das Garantias	Líquido	% de Exposições Cobertas por Hedge de Derivativos de Crédito
Derivativos	277.337	-	(22.035)	255.302	6%	164.398	-	(3.766)	160.632	-
Operações a Liquidar	805.918	-	-	805.918	-	1.982.047	-	-	1.982.047	-
Operações Compromissadas	16.554.890	-	(16.353.714)	201.176	-	16.610.423	-	(16.610.021)	402	-
Totais	17.638.145	-	(16.375.749)	1.262.396	-	18.756.868	-	(16.613.787)	2.143.081	-



5.5. Derivativos de Crédito

O Banco Safra faz utilização de instrumentos financeiros derivativos de crédito com o objetivo de oferecer aos seus clientes, por meio de emissão de títulos e valores mobiliários, oportunidades de diversificação de seus portfólios de investimento.

Em 31.12.2010, o Banco Safra detinha as seguintes posições em derivativos de crédito, demonstradas pelo seu valor referência:

	Valor de risco de crédito (1)
Riscos Transferidos	(21.394)
Swap de crédito cujos ativos subjacentes são:	
Títulos e Valores Mobiliários	(21.394)
Riscos Recebidos	14.479
Swap de crédito cujos ativos subjacentes são:	
Títulos e Valores Mobiliários	14.479
Total em 31.12.2010	(6.915)

(1) Os volumes de risco de crédito recebidos e transferidos no período correspondem ao valor total em 31.12.2010. Anterior a 12.2010 o Banco Safra não mantinha derivativos de crédito em carteira.

Durante o período não houve ocorrência de evento de crédito relativo aos fatos geradores previstos nos contratos.

Não houve efeito relevante no cálculo do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) em 31.12.2010, de acordo com a Resolução CMN nº 3.490. As exposições em risco de crédito do Banco Safra são mitigadas, conforme previsto na Circular BACEN nº 3.360, por instrumentos de garantia contratados junto aos clientes.

5.6. Operações de venda ou transferência de ativos financeiros

5.6.1. Políticas e objetivos relacionados à cessão de crédito

O SAFRA não tem como estratégia usual a venda ou transferência de ativos financeiros, sendo esta uma prática eventual nos seus negócios.



Estas operações, caso venham a ocorrer, somente serão realizadas, após aprovação pelo Comitê Executivo e adequada avaliação dos riscos ou benefícios e respectivos procedimentos para o registro contábil.

Após a tomada de decisão, as principais áreas relacionadas são envolvidas no processo, para que os controles necessários sejam mantidos na efetiva gestão do risco de crédito desta operação.

5.6.2. Fluxo de exposições cedidas no trimestre com transferência substancial dos riscos e benefícios.

Não temos operações nessa condição.

5.6.3. Saldo das exposições cedidas sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios

Não temos operações nessa condição.

5.6.4. Saldo das exposições cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios

O valor da cessão de créditos diretos ao consumidor, com retenção substancial dos riscos por coobrigação, encontra-se registrado no passivo na rubrica “Obrigações por empréstimos e repasses - obrigações por transferência de ativos financeiros”, atualizado pela taxa contratual da cessão e abatido das parcelas quitadas ou honradas pelo Banco no montante de R\$ 99.869 (R\$ 352.488 em 31.12.2009). Os valores de saldo do preço da cessão, a serem pagos pelo cessionário, conforme as datas de vencimento dos contratos cedidos no montante de R\$ 31.372 (R\$ 96.048 em 31.12.2009), encontram-se registrados no ativo, na rubrica “Outros créditos - diversos”.

No exercício foram registradas despesas de atualização do passivo no montante de R\$ 36.745 (R\$ 113.825 acumulado no exercício em 31.12.2009).

5.6.5. Fluxo das exposições cedidas no trimestre com retenção substancial dos risco e benefícios, que foram baixadas para prejuízo

Não temos operações nessa condição.



5.6.6. Exposições decorrentes de aquisição de títulos ou valores mobiliários oriundos de processos de securitização.

Não temos operações nessa condição.

6. Risco de Mercado

6.1. Carteira de Negociação por fator de risco de mercado

Carteira de Negociação por Fator de Risco de Mercado Relevante – Atividade Financeira Consolidada e Atividade Econômico-Financeira Consolidada

Em milhares de reais

	Dezembro 2010		Dezembro 2009	
	Posições Compradas	Posições Vendidas	Posições Compradas	Posições Vendidas
Pré	521.339	2.500.646	-	254.718
Cupom de Moeda Estrangeira	1.580.486	1.593.823	2.383.683	2.343.388
Cupom de Índice de Preços	1.753.425	-	219.464	-
Cupom de Taxa de Juros	-	-	-	-
Taxa de Câmbio	1.580.486	1.593.823	2.383.683	2.343.388
Preço de Ações	-	41.811	123	-
Preço de Mercadorias (Commodities)	7.924	-	-	-

6.2. Operações não classificadas na carteira de negociação

6.2.1. Políticas e metodologias de mensuração do risco de taxa de juros e de ações

Todas as definições contidas na Política de Risco de Mercado são aplicáveis a todos os fatores de risco (ações, commodities, taxas de juros e moedas) contidos tanto na Carteira de Negociação, quanto na Carteira de Não-Negociação.



6.2.2. Premissas utilizadas para o tratamento de liquidação antecipada de empréstimos e de depósitos.

Na gestão de Ativos e Passivos, são utilizados cinco cenários para projetar fluxos de caixa futuros: básico ou estatístico, planejamento, esgotamento, stress (crise geral) e hard stress (crise geral e específica). Para cada um dos cenários, são consideradas hipóteses adequadas para percentuais de liquidações antecipadas de instrumentos financeiros, com maior agravamento quanto à perda de recursos captados nos cenários de stress e de hard stress.

Nos cenários básicos e de planejamento, são consideradas respectivamente condições históricas/estatísticas e condições esperadas/prospectivas para liquidações antecipadas de empréstimos, bem como para o comportamento dos depósitos a prazo. Estes cenários são analisados mensalmente no Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), com participação de Diretores e Superintendentes responsáveis.

6.3. Exposição a instrumentos financeiros derivativos

Exposições a Instrumentos Financeiros Derivativos por Fator de Risco de Mercado – Atividade Financeira Consolidada.

Em milhares de reais

	Dezembro 2010				Dezembro 2009			
	Realizadas por Conta Própria com Contraparte Central		Realizada por Conta Própria sem Contraparte Central		Realizadas por Conta Própria com Contraparte Central		Realizada por Conta Própria sem Contraparte Central	
	Posições Compradas	Posições Vendidas	Posições Compradas	Posições Vendidas	Posições Compradas	Posições Vendidas	Posições Compradas	Posições Vendidas
No Brasil								
Taxa de Juros	30.197.522	44.916.832	12.337.534	10.535.386	24.228.328	37.505.657	7.503.010	5.019.289
Taxa de Câmbio	7.178.903	7.547.818	2.678.422	2.610.922	7.711.443	8.914.406	495.597	267.867
Preço de Ações	-	5.954	21.214	26.959	28.438	16.796	-	4.733
Preço de Mercadorias (Commodities)	-	-	-	-	-	-	-	-
	37.376.425	52.470.604	15.037.170	13.173.267	31.968.210	46.436.860	7.998.607	5.291.889
No Exterior								
Taxa de Juros	905.647	904.605	1.361.563	1.363.124	646.446	621.502	653.881	646.684
Taxa de Câmbio	905.197	904.520	1.062.737	1.088.011	646.446	621.502	369.048	646.684
Preço de Ações	-	-	-	-	9.953	-	-	-
Preço de Mercadorias (Commodities)	7.924	-	-	-	-	-	-	-
	1.818.768	1.809.125	2.424.300	2.451.136	1.302.845	1.243.004	1.022.929	1.293.367



TÍTULO

Relatório de Divulgação de Informações referentes à Gestão de Riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR).

DATA BASE

Dezembro/2010

PUBLICAÇÃO

01/04/2011

Exposições a Instrumentos Financeiros Derivativos por Fator de Risco de Mercado – Atividade Econômico-Financeira Consolidada.

Em milhares de reais

	Dezembro 2010				Dezembro 2009			
	Realizadas por Conta Própria com Contraparte Central		Realizada por Conta Própria sem Contraparte		Realizadas por Conta Própria com Contraparte		Realizada por Conta Própria sem Contraparte Central	
	Posições Compradas	Posições Vendidas	Posições Compradas	Posições Vendidas	Posições Compradas	Posições Vendidas	Posições Compradas	Posições Vendidas
No Brasil								
Taxa de Juros	30.197.522	44.916.832	12.337.534	10.767.191	24.228.612	37.506.197	7.503.010	5.300.031
Taxa de Câmbio	7.178.903	7.547.818	2.678.422	2.610.922	7.711.443	8.914.406	495.597	267.867
Preço de Ações	-	5.954	21.214	26.959	28.438	16.796	-	4.733
Preço de Mercadorias (Commodities)	-	-	-	-	-	-	-	-
	37.376.425	52.470.604	15.037.170	13.405.072	31.968.493	46.437.400	7.998.607	5.572.631
No Exterior								
Taxa de Juros	905.647	904.605	1.361.563	1.363.124	646.446	621.502	653.881	646.684
Taxa de Câmbio	905.197	904.520	1.062.737	1.088.011	646.446	621.502	369.048	646.684
Preço de Ações	-	-	-	-	9.953	-	-	-
Preço de Mercadorias (Commodities)	7.924	-	-	-	-	-	-	-
	1.818.768	1.809.125	2.424.300	2.451.136	1.302.845	1.243.004	1.022.929	1.293.367

Os valores apresentados na Tabela acima não são iguais aos apresentados no Quadro (b) da Nota Explicativa 7 (Instrumentos Financeiros Derivativos), divulgada nas Demonstrações Financeiras do Banco Safra do mesmo período, uma vez que, no primeiro caso, trata-se da visão por fatores de risco; no segundo caso, trata-se da visão por produto. Um único produto financeiro pode gerar exposições em dois ou mais fatores de risco, como ocorre no caso dos contratos Futuros.



ANEXOS

Relatório da Circular 3.477

Trimestres / 2010

(Março, Junho e Setembro)



Índice

1. Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e adequação do Patrimônio de Referência (PR)	40
1.1. Detalhamento da Apuração	40
1.2. Prazos de vencimento e condições dos instrumentos que compõem o Nível I e o Nível II do PR	40
2. Exposição a Risco de Crédito	41
2.1. Valor das Exposições por Fator de Ponderação	41
2.2. Exposição a Risco de Crédito	44
2.2.1. Exposição por setor econômico	44
2.2.2. Maiores clientes em relação ao total das operações com característica de concessão de crédito. ...	44
2.2.3. Montante das operações em atraso.....	45
2.2.4. Fluxo de operações baixadas para prejuízo e recuperadas	45
2.2.5. Montante de provisões para perdas.....	45
2.3. Instrumentos mitigadores de risco	46
2.3.1. Valor total mitigado pelos instrumentos por tipo de mitigador e fator de ponderação de risco	46
2.4. Risco de Crédito de Contraparte	47
2.5. Operações de venda ou transferência de ativos financeiros.....	49
2.5.1. Saldo das exposições cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios	49
3. Risco de Mercado	50
3.1. Carteira de Negociação por fator de risco de mercado	50
3.2. Exposição a Instrumentos financeiros derivativos	51



TÍTULO

Relatório de Divulgação de Informações referentes à Gestão de Riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR).

DATA BASE

Dezembro/2010

PUBLICAÇÃO

01/04/2011

1. Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e adequação do Patrimônio de Referência (PR)

1.1. Detalhamento da Apuração

	CONSOLIDADO FINANCEIRO			CONSOLIDADO		
	mar-10	jun-10	set-10	mar-10	jun-10	set-10
Patrimônio de referência (PR)	5.729.900	5.731.671	5.977.079	5.653.732	5.653.772	5.878.236
- Nível I	5.016.152	5.035.520	5.258.045	5.018.266	5.037.719	5.258.045
Patrimônio líquido	4.812.355	5.117.122	5.344.560	4.814.470	5.119.320	5.344.560
Ativo permanente diferido excluído do nível I	(76.742)	(84.589)	(85.982)	(76.743)	(84.588)	(85.982)
Ajuste de avaliação patrimonial excluído do nível I	539	2.987	(533)	539	2.987	(533)
Adicional de provisão para créditos de liquidação duvidosa ao mínimo estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 (1)	280.000	-	-	280.000	-	-
- Nível II	713.748	696.151	719.034	713.748	696.151	719.034
Instrumentos de dívida subordinada	714.287	699.138	718.501	714.287	699.138	718.501
Ajuste de avaliação patrimonial	(539)	(2.987)	533	(539)	(2.987)	533
- Deduções	-	-	-	(78.282)	(80.098)	(98.843)
Cotas de Fundo de Investimento	-	-	-	(78.282)	(80.098)	(98.843)
Patrimônio de referência exigido (PRE)	4.308.965	4.520.514	4.818.164	4.258.436	4.479.894	4.786.049
- Risco de crédito	4.124.092	4.352.888	4.626.377	4.073.563	4.312.268	4.582.215
Exposições ponderadas por fatores de risco (PEPR)	4.124.092	4.352.888	4.626.377	4.073.563	4.312.268	4.582.215
- Risco de mercado	84.829	67.583	81.743	84.829	67.583	81.743
Exposições classificadas na carteira de negociação sujeitas à variação de taxas de juros (PJUR)	75.818	61.218	76.979	75.818	61.218	76.979
Taxas de juros prefixadas denominadas em real (PJUR1)	5.271	3.301	3.388	5.271	3.301	3.388
Cupons de moedas estrangeiras (PJUR2)	17.880	16.533	22.524	17.880	16.533	22.524
Cupons de índices de preços (PJUR3)	52.667	41.384	51.067	52.667	41.384	51.067
Risco de operações sujeitas à variação de preços de commodities (PCOM)	-	-	3.931	-	-	3.931
Exposições classificadas na carteira de negociação sujeitas à variação do preço de ações (PACS)	9.011	6.365	833	9.011	6.365	833
- Risco operacional (POPR)	100.044	100.043	110.044	100.044	100.043	122.091
Montante do PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN)	5.009	11.883	6.856	5.009	11.883	6.856
Margem de capital (PR-PRE-RBAN)	1.415.926	1.199.274	1.152.059	1.390.287	1.161.995	1.085.331
Índice de Basileia	14,63	13,95	13,65	14,60	13,88	13,51

(1) Conforme Resolução no. 3.674/08, revogada através da Resolução no. 3.825/09, que produziu efeitos a partir de 01 de abril de 2010.

A parcela de PRE referente ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial (PCAM), apurada em conformidade com a Circular nº 3.389/09 – BACEN, é igual a zero nas datas-base demonstradas, considerando-se que o total da exposição em cada uma das datas-base foi inferior a 5% do PR.

1.2. Prazos de vencimento e condições dos instrumentos que compõem o Nível I e o Nível II do PR



TÍTULO

Relatório de Divulgação de Informações referentes à Gestão de Riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR).

DATA BASE

Dezembro/2010

PUBLICAÇÃO

01/04/2011

DÍVIDA SUBORDINADA

	BANCO E CONSOLIDADO		
	31.03.2010	30.06.2010	30.09.2010
	Acima de 365 dias	Acima de 365 dias	Acima de 365 dias
Certificados de depósitos bancário – CDB (1)	714.287	699.138	718.501
Letras financeiras – LF (2)	-	76.791	278.402
Total	714.287	775.929	996.903

(1) Os certificados têm vencimento em 2016 e juros remuneratórios correspondentes a 104% até 106% das taxas médias diárias do CDI, sendo a remuneração paga semestralmente, estando registrados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

(2) Composição de Letras financeiras:

Vencimento	Valor Captação	Saldo Contábil em 30.06.2010	Saldo Contábil em 30.09.2010	Taxa
2016	75.000	76.791	78.328	IPCA + 7,7%
2016	199.800	-	200.074	114% do CDI
Total	274.800	76.791	278.402	

2. Exposição a Risco de Crédito

2.1. Valor das Exposições por Fator de Ponderação



TÍTULO

Relatório de Divulgação de Informações referentes à Gestão de Riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR).

DATA BASE

Dezembro/2010

PUBLICAÇÃO

01/04/2011

CONSOLIDADO FINANCEIRO

Exposição Total a Risco de Crédito* (R\$ Mil)

FPR	Mar/10	Jun/10	Set/10
0%	10.221.839	12.355.086	10.478.167
20%	1.344.100	1.597.027	1.426.613
50%	14.022.730	16.828.517	13.451.461
75%	5.415.171	5.695.340	5.922.076
100%	51.061.025	55.758.000	61.205.182
300%	441.414	436.784	109.920
Total	82.506.278	92.670.754	92.593.419
Média no Trimestre	82.670.728	87.996.057	90.413.050

* Considera todas as exposições apuradas na Circular nº 3360, de 2007 do Bacen

Exposição após fator de conversão(FCL/FCC)

FPR	Mar/10	Jun/10	Set/10
0%	10.094.232	12.244.966	10.463.470
20%	1.344.100	1.597.027	1.426.613
50%	10.118.502	11.128.407	9.274.198
75%	4.153.176	4.355.423	4.761.068
100%	42.122.080	46.182.849	50.852.188
300%	441.414	436.784	109.920
Total	68.273.503	75.945.457	76.887.457
Média no Trimestre	68.220.458	72.507.127	74.953.553

Parcela de alocação de capital para Risco de Crédito(PEPR)

FPR	Mar/10	Jun/10	Set/10
0%	8.947	8.019	8.256
20%	29.570	35.135	31.385
50%	247.116	201.785	234.955
75%	332.905	350.422	382.856
100%	3.359.887	3.613.389	3.932.651
300%	145.667	144.139	36.274
Total Alocado	4.124.092	4.352.888	4.626.377



CONSOLIDADO

Exposição Total a Risco de Crédito* (R\$ Mil)

FPR	Mar/10	Jun/10	Set/10
0%	11.243.292	13.362.201	11.726.210
20%	1.344.234	1.597.183	1.427.559
50%	15.028.345	17.905.358	14.516.914
75%	5.415.171	5.695.340	5.922.076
100%	50.429.341	55.188.856	60.610.691
300%	441.414	436.784	109.920
Total	83.901.798	94.185.722	94.313.371
Média no Trimestre	84.018.651	89.493.285	92.083.382

* Considera todas as exposições apuradas na Circular nº 3360, de 2007 do Bacen

Exposição após fator de conversão(FCL/FCC)

FPR	Mar/10	Jun/10	Set/10
0%	11.115.685	13.252.082	11.711.514
20%	1.344.234	1.597.183	1.427.559
50%	11.124.117	12.205.249	10.339.651
75%	4.153.176	4.355.423	4.761.068
100%	41.490.396	45.613.704	50.257.697
300%	441.414	436.784	109.920
Total	69.669.023	77.460.424	78.607.409
Média no Trimestre	69.568.381	74.004.355	76.623.884

Parcela de alocação de capital para Risco de Crédito(PEPR)

FPR	Mar/10	Jun/10	Set/10
0%	8.947	8.019	8.256
20%	29.573	35.138	31.406
50%	266.068	223.768	256.164
75%	332.905	350.422	382.856
100%	3.290.402	3.550.783	3.867.257
300%	145.667	144.139	36.274
Total Alocado	4.073.563	4.312.269	4.582.213



2.2. Exposição a Risco de Crédito

2.2.1. Exposição por setor econômico

	CONSOLIDADO		
	31.03.2010	30.06.2010	30.09.2010
Setor Público			
Outros Serviços	5.957	5.432	-
Setor Privado			
Rural	937.008	1.117.125	1.004.478
Indústria	9.172.754	7.290.657	8.540.627
Comércio	5.435.507	7.873.190	8.845.595
Intermediário Financeiro	578.731	454.147	978.367
Outros Serviços	8.765.113	9.500.094	10.588.185
Pessoas Físicas	3.903.563	3.911.431	4.238.532
Habitação	127.820	139.361	160.379
Total	28.926.453	30.291.437	34.356.163

2.2.2. Maiores clientes em relação ao total das operações com característica de concessão de crédito.

R\$ mil	mar/10	jun/10	set/10
Total dos 10 maiores operações de crédito	2.847.903	2.781.900	3.932.432
Carteira de Operações de Crédito (*)	28.926.453	30.291.437	34.356.163
Percentual das 10 maiores operações de crédito sobre a Carteira Total e Operações de Crédito	9,8%	9,2%	11,4%

(*) inclui operações de crédito + arrendamento mercantil

R\$ mil	mar/10	jun/10	set/10
Total dos 10 maiores riscos	5.141.503	5.352.079	5.999.052
Risco de Crédito Total (*)	37.860.985	40.802.018	44.247.649
Percentual das 10 maiores riscos sobre total de risco de crédito	13,6%	13,1%	13,6%

(*) inclui operações de crédito + arrendamento mercantil + coobrigações + repasses interfinanceiros + derivativos + títulos e valores mobiliários + depósitos interfinanceiros + investimentos



2.2.3. Montante das operações em atraso

	CONSOLIDADO		
	31.03.2010	30.06.2010	30.09.2010
Vencidos:			
Até 60 dias	729.377	800.199	1.109.574
De 61 a 90 dias	43.258	44.192	76.006
De 91 a 180 dias	124.111	76.993	166.825
Acima de 180 dias	164.291	109.996	161.810
Subtotal vencidos	1.061.037	1.031.380	1.514.215

2.2.4. Fluxo de operações baixadas para prejuízo e recuperadas

	CONSOLIDADO		
	31.03.2010	30.06.2010	30.09.2010
Operações de crédito renegociadas	108.397	157.994	169.573
Operações de crédito renegociadas - provisão	74.222	121.672	124.035
Recuperações de crédito no trimestre	26.314	16.292	20.264

2.2.5. Montante de provisões para perdas

	CONSOLIDADO		
	31.03.2010	30.06.2010	30.09.2010
Saldo no início do exercício	951.566	951.566	951.566
Constituição de provisão	39.424	1.324	22.489
Baixas	(83.881)	(179.488)	(219.926)
Saldo no final do período	907.109	773.402	754.129
Provisão mínima requerida	627.035	520.322	523.351
Provisão adicional	280.074	253.080	230.778



2.3. Instrumentos mitigadores de risco

2.3.1. Valor total mitigado pelos instrumentos por tipo de mitigador e fator de ponderação de risco

CONSOLIDADO FINANCEIRO

Total Mitigado (R\$ Mil)

Tipo do Mitigador	FPR	Mar/10	Jun/10	Set/10
Operações Ativas Vinculadas	0%	-	-	-
	20%	-	-	-
	50%	7.683	8.842	9.032
	75%	6.126	6.455	6.863
	100%	6.798	9.335	10.758
	Subtotal Mitigado		20.608	24.631
Garantias de Fundos	0%	-	-	-
	20%	-	-	-
	50%	268.313	263.713	244.755
	75%	-	-	-
	100%	-	-	-
	Subtotal Mitigado		268.313	263.713
Depósitos e Títulos	0%	347.649	778.568	412.139
	20%	-	-	-
	50%	5.349.490	7.187.035	4.748.499
	75%	111.836	101.434	113.525
	100%	11.570.854	13.324.522	15.090.058
	Subtotal Mitigado		17.379.829	21.391.558
Garantias de Instituições Financeiras	0%	162.680	145.799	150.112
	20%	-	-	-
	50%	-	-	-
	75%	-	-	-
	100%	-	-	-
	Subtotal Mitigado		162.680	145.799
Valor Total Mitigado		17.831.430	21.825.702	20.785.742



TÍTULO

Relatório de Divulgação de Informações referentes à Gestão de Riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR).

DATA BASE

Dezembro/2010

PUBLICAÇÃO

01/04/2011

CONSOLIDADO

Total Mitigado (R\$ Mil)

Tipo do Mitigador	FPR	Mar/10	Jun/10	Set/10
Operações Ativas Vinculadas	0%	-	-	-
	20%	-	-	-
	50%	7.683	8.842	9.032
	75%	6.126	6.455	6.863
	100%	6.798	9.335	10.758
	Subtotal Mitigado	20.608	24.631	26.653
Garantias de Fundos	0%	-	-	-
	20%	-	-	-
	50%	929.338	940.863	924.587
	75%	-	-	-
	100%	-	-	-
	Subtotal Mitigado	929.338	940.863	924.587
Depósitos e Títulos	0%	347.649	778.568	412.139
	20%	-	-	-
	50%	5.349.490	7.187.035	4.748.499
	75%	111.836	101.434	113.525
	100%	11.570.854	13.324.522	15.090.058
	Subtotal Mitigado	17.379.829	21.391.558	20.364.222
Garantias de Instituições Financeiras	0%	162.680	145.799	150.112
	20%	-	-	-
	50%	-	-	-
	75%	-	-	-
	100%	-	-	-
	Subtotal Mitigado	162.680	145.799	150.112
Valor Total Mitigado	18.492.455	22.502.852	21.465.574	

2.4. Risco de Crédito de Contraparte

Risco de Crédito de Contraparte

Data de Referência: 31/03/2010

	Valor Contratual (R\$ Mil)				Valor Positivo (R\$ Mil)				% de Exposições Cobertas por Hedge de Derivativos de Crédito
	Liquidados em Sistemas de Liquidação e Câmaras de Compensação	Outros			Acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações	Valor das		Líquido	
		Sem Garantias	Com Garantia	Total		Bruto	Garantias		
Derivativos	160.290	11.276.910	373.131	11.810.332	213.046	-	(3.228)	209.818	0%
Operações a Liquidar	-	636.831	-	636.831	636.831	-	-	636.831	0%
Operações Compromissadas	-	5	14.845.533	14.845.538	14.845.538	-	(14.845.533)	5	0%
Totais	160.290	11.913.745	15.218.665	27.292.700	15.695.415	-	(14.848.762)	846.653	0%



TÍTULO

Relatório de Divulgação de Informações referentes à Gestão de Riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR).

DATA BASE

Dezembro/2010

PUBLICAÇÃO

01/04/2011

Risco de Crédito de Contraparte
Data de Referência: 30/06/2010

	Valor Contratual (R\$ Mil)				Valor Positivo (R\$ Mil)				% de Exposições Cobertas por Hedge de Derivativos de Crédito
	Liquidadados em Sistemas de Liquidação e Câmaras de Compensação	Outros			Acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações	Valor das		Líquido	
		Sem Garantias	Com Garantia	Total		Bruto	Garantias		
Derivativos	162.135	11.772.244	482.228	12.416.607	274.033	-	(5.141)	268.891	0%
Operações a Liquidar	-	2.166.932	-	2.166.932	2.166.932	-	-	2.166.932	0%
Operações Compromissadas	-	1.404	18.718.433	18.719.837	18.719.837	-	(18.718.433)	1.404	0%
Totais	162.135	13.940.580	19.200.661	33.303.376	21.160.801	-	(18.723.574)	2.437.227	0%

Risco de Crédito de Contraparte
Data de Referência: 30/09/2010

	Valor Contratual (R\$ Mil)				Valor Positivo (R\$ Mil)				% de Exposições Cobertas por Hedge de Derivativos de Crédito
	Liquidadados em Sistemas de Liquidação e Câmaras de Compensação	Outros			Acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações	Valor das		Líquido	
		Sem Garantias	Com Garantia	Total		Bruto	Garantias		
Derivativos	152.478	11.812.926	659.732	12.625.136	324.993	-	(5.523)	319.469	0%
Operações a Liquidar	-	964.650	-	964.650	964.650	-	-	964.650	0%
Operações Compromissadas	-	6	17.816.501	17.816.506	17.816.506	-	(17.816.501)	6	0%
Totais	152.478	12.777.582	18.476.233	31.406.293	19.106.149	-	(17.822.024)	1.284.125	0%



2.5. Operações de venda ou transferência de ativos financeiros

2.5.1. Saldo das exposições cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios

	CONSOLIDADO		
	31.03.2010	30.06.2010	30.09.2010
Montante da obrigação	266.036	196.627	140.825
Saldo do preço da cessão, a serem pagos pelo cessionário	75.353	58.018	43.363
Despesas de atualização do passivo no exercício	13.516	23.770	31.330

O valor da cessão de créditos diretos ao consumidor, com retenção substancial dos riscos por coobrigação, encontra-se registrado no passivo na rubrica “Obrigações por empréstimos e repasses - obrigações por transferência de ativos financeiros”, atualizado pela taxa contratual da cessão e abatido das parcelas quitadas ou honradas pelo Banco. Os valores de saldo do preço da cessão, a serem pagos pelo cessionário, conforme as datas de vencimento dos contratos cedidos, encontram-se registrados no ativo, na rubrica “Outros créditos - diversos”.



3. Risco de Mercado

3.1. Carteira de Negociação por fator de risco de mercado

Carteira de Negociação por Fator de Risco de Mercado Relevante – Atividade Financeira Consolidada e Atividade Econômico-Financeira Consolidada

Em milhares de reais

	Março 2010		Junho 2010		Setembro 2010	
	Posições Compradas	Posições Vendidas	Posições Compradas	Posições Vendidas	Posições Compradas	Posições Vendidas
Pré	88.968	414.924	-	1.352.901	70.056	-
Cupom de Moeda Estrangeira	574.050	703.887	971.982	918.909	1.063.211	1.074.085
Cupom de Índice de Preços	1.292.079	-	1.197.546	-	1.353.760	-
Cupom de Taxa de Juros	-	-	-	-	-	-
Taxa de Câmbio	574.050	703.887	971.982	918.909	1.063.211	1.074.085
Preço de Ações	56.319	-	12.984	17.352	-	5.207
Preço de Mercadorias (Commodities)	-	-	-	-	21.326	-



TÍTULO

Relatório de Divulgação de Informações referentes à Gestão de Riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR).

DATA BASE

Dezembro/2010

PUBLICAÇÃO

01/04/2011

3.2. Exposição a instrumentos financeiros derivativos

Exposições a Instrumentos Financeiros Derivativos por Fator de Risco de Mercado – Atividade Financeira Consolidada.

Em milhares de reais

	Março 2010				Junho 2010			
	Realizadas por Conta Própria com Contraparte Central		Realizada por Conta Própria sem Contraparte Central		Realizadas por Conta Própria com Contraparte Central		Realizada por Conta Própria sem Contraparte Central	
	Posições Compradas	Posições Vendidas	Posições Compradas	Posições Vendidas	Posições Compradas	Posições Vendidas	Posições Compradas	Posições Vendidas
No Brasil								
Taxa de Juros	19.308.472	33.136.541	8.704.415	5.823.298	20.004.266	31.037.064	9.052.725	6.519.865
Taxa de Câmbio	3.761.248	4.679.580	581.822	385.108	4.843.418	5.209.398	601.486	456.913
Preço de Ações	31.667	-	-	4.366	3.033	-	-	17.736
Preço de Mercadorias (Commodities)	-	-	-	-	-	-	-	-
	23.101.387	37.816.121	9.286.237	6.212.772	24.850.717	36.246.462	9.654.211	6.994.514
No Exterior								
Taxa de Juros	194.407	194.217	732.934	728.836	140.738	101.061	2.722.199	2.836.584
Taxa de Câmbio	194.407	194.217	430.567	641.340	140.738	101.061	2.427.285	2.750.729
Preço de Ações	-	-	-	-	-	17.352	-	-
Preço de Mercadorias (Commodities)	-	-	-	-	-	-	-	-
	388.813	388.434	1.163.501	1.370.176	281.476	219.474	5.149.485	5.587.313
Setembro 2010								
	Realizadas por Conta Própria com Contraparte Central		Realizada por Conta Própria sem Contraparte Central					
	Posições Compradas	Posições Vendidas	Posições Compradas	Posições Vendidas				
No Brasil								
Taxa de Juros	21.737.869	32.861.879	9.518.966	6.353.049				
Taxa de Câmbio	5.357.910	6.026.547	1.018.821	691.293				
Preço de Ações	-	5.207	19.355	50.402				
Preço de Mercadorias (Commodities)	-	-	-	-				
	27.095.780	38.893.633	10.557.142	7.094.743				
No Exterior								
Taxa de Juros	196.707	192.845	1.296.814	1.630.177				
Taxa de Câmbio	196.707	192.845	1.296.814	1.134.724				
Preço de Ações	-	-	-	-				
Preço de Mercadorias (Commodities)	-	-	-	-				
	393.414	385.690	2.593.629	2.764.901				



TÍTULO

Relatório de Divulgação de Informações referentes à Gestão de Riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR).

DATA BASE

Dezembro/2010

PUBLICAÇÃO

01/04/2011

Exposições a Instrumentos Financeiros Derivativos por Fator de Risco de Mercado – Atividade Econômico-Financeira Consolidada.

Em milhares de reais

	Março 2010				Junho 2010			
	Realizadas por Conta com Contraparte Central		Realizada por Conta Própria sem Contraparte Central		Realizadas por Conta Própria com Contraparte Central		Realizada por Conta Própria sem Contraparte Central	
	Posições Compradas	Posições Vendidas	Posições Compradas	Posições Vendidas	Posições Compradas	Posições Vendidas	Posições Compradas	Posições Vendidas
No Brasil								
Taxa de Juros	19.308.472	33.136.541	8.704.415	6.151.339	20.004.266	31.037.064	9.052.725	6.845.126
Taxa de Câmbio	3.761.248	4.679.580	581.822	385.108	4.843.418	5.209.398	601.486	456.913
Preço de Ações	31.667	-	-	4.366	3.033	-	-	17.736
Preço de Mercadorias (Commodities)	-	-	-	-	-	-	-	-
	23.101.387	37.816.121	9.286.237	6.540.813	24.850.717	36.246.462	9.654.211	7.319.776
No Exterior								
Taxa de Juros	194.407	194.217	732.934	728.836	140.738	101.061	2.722.199	2.836.584
Taxa de Câmbio	194.407	194.217	430.567	641.340	140.738	101.061	2.427.285	2.750.729
Preço de Ações	-	-	-	-	-	17.352	-	-
Preço de Mercadorias (Commodities)	-	-	-	-	-	-	-	-
	388.813	388.434	1.163.501	1.370.176	281.476	219.474	5.149.485	5.587.313
Setembro 2010								
	Realizadas por Conta com Contraparte Central		Realizada por Conta Própria sem Contraparte Central					
	Posições Compradas	Posições Vendidas	Posições Compradas	Posições Vendidas				
No Brasil								
Taxa de Juros	21.737.869	32.861.879	9.518.966	6.353.049				
Taxa de Câmbio	5.357.910	6.026.547	1.018.821	691.293				
Preço de Ações	-	5.207	19.355	50.402				
Preço de Mercadorias (Commodities)	-	-	-	-				
	27.095.780	38.893.633	10.557.142	7.094.743				
No Exterior								
Taxa de Juros	196.707	192.845	1.296.814	1.630.177				
Taxa de Câmbio	196.707	192.845	1.296.814	1.134.724				
Preço de Ações	-	-	-	-				
Preço de Mercadorias (Commodities)	-	-	-	-				
	393.414	385.690	2.593.629	2.764.901				

Os valores apresentados na Tabela acima não são iguais aos apresentados no Quadro (b) da Nota Explicativa 7 (Instrumentos Financeiros Derivativos), divulgada nas Demonstrações Financeiras do Banco Safra do mesmo período, uma vez que, no primeiro caso, trata-se da visão por fatores de risco; no segundo caso, trata-se da visão por produto. Um único produto financeiro pode gerar exposições em dois ou mais fatores de risco, como ocorre no caso dos contratos Futuros.